



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL –
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

JOSEFA LAÍS BARBOSA DE SANTANA

**A CIDADE INVISÍVEL: ESPAÇOS DE CONTRAVENÇÕES NA PAISAGEM
URBANA DE UMBUZEIRO-PB (1930-1950)**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JOSEFA LAÍS BARBOSA DE SANTANA

**A CIDADE INVISÍVEL: ESPAÇOS DE CONTRAVENÇÕES NA
PAISAGEM URBANA DE UMBUZEIRO-PB (1930-1950)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Local – Sociedade, Educação e Cultura (PGHL), da Universidade Estadual da Paraíba.

Área de concentração: Espaço, Cultura e Sociabilidades

Orientador: Professor Dr. Iordan Queiroz Gomes

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S232c Santana, Josefa Laís Barbosa de.
A cidade invisível [manuscrito] : espaços de contravenções na paisagem urbana de Umbuzeiro - PB (1930-1950) / Josefa Laís Barbosa de Santana. - 2022.
29 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2023.
"Orientação : Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. História local. 2. Espacialidades. 3. Representação social. 4. Umbuzeiro - Paraíba. I. Título

21. ed. CDD 981.33

JOSEFA LAÍS BARBOSA DE SANTANA

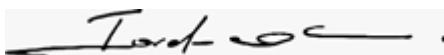
A CIDADE INVISÍVEL: ESPAÇOS DE CONTRAVENÇÕES NA
PAISAGEM URBANA DE UMBUZEIRO-PB (1930-1950)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em História Local –
Sociedade, Educação e Cultura (PGHL), da
Universidade Estadual da Paraíba.

Área de concentração: Espaço, Cultura e
Sociabilidades

Aprovada em: 22/10/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Leomar Rippel
Universidade Federal de Rondônia (UFRO)

Dedico este trabalho a minha PESSOA nesta existência, a quem acredita quando nem mesmo eu acredito, que reestabelece minhas forças, minha paz. Gratidão!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a História local, em especial dando ênfase ao debate sobre as espacialidades marginais da cidade de Umbuzeiro-PB (1930-1950). Para tanto propomos analisar a cidade de Umbuzeiro-PB nas décadas de 1930 a 1950 em suas representações sociais, como construtora de múltiplos lugares e sentidos, problematizando a construção de uma cidade da contravenção, erigida na relação das fronteiras espaciais da norma e do desvio. Objetivamos pensar a cidade como uma disputa simbólico-discursiva geradora de silenciamentos e, a partir disso refletir, através da abordagem crítica dos processos criminais, sobre os espaços de insubordinação e desvio que constituem uma outra imagem cidadina. Para tanto, o texto é operacionalizado pelas ideias das artes do fazer cotidiano de Michel de Certeau (2008) e dos conceitos de espaço e sensibilidade da Sandra Jataí Pesavento (2001).

Palavras-chave: Espacialidades. Contravenção. Umbuzeiro.

ABSTRACT

The objective of this work is to present a reflection about the local history, in particular emphasizing the debate about the marginal spatialities of the city of Umbuzeiro-PB (1930-1950). For that, we propose to analyze the city of Umbuzeiro-PB in the 1930s to 1950s in its social representations, as a builder of multiple places and meanings, problematizing the construction of a city of misdemeanor, erected in the relation of the spatial borders of the norm and detorir. We aim to think of the city as a symbolic-discursive dispute that generates silencing and, based on this, reflect, through a critical approach of criminal processes, about the spaces of insubordination and deviation that constitute another city image. For that, the text is operationalized by the ideas of the arts of everyday doing by Michel de Certeau (2008) and by the concepts of space and sensibility by Sandra Jataí Pesavento (2001).

Keywords: Spatialities. Misdemeanor. Umbuzeiro.

SUMÁRIO

1 A CIDADE COMO DISPUTA	7
2 CIDADE E SILENCIAMENTO	12
3 UMBUZEIRO SILENCIADA: A CIDADE INVISÍVEL GUARDADA NOS PROCESSOS CRIMINAIS	16
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	29

1 A CIDADE COMO DISPUTA

“A cidade é arte, é artefato, é um palimpsesto onde camadas de tempo e história se inscrevem, e neste sentido que interessa investigar como a vivência urbana vai elaborando uma escritura da memória coletiva”.¹

As cidades vivem de movimento, de marcas deixadas por aqueles que nela habitaram, são telas “vivas” de escrituras no tempo, riscadas pela experiência, pelo vivido, pelo sentido, pelas transformações singulares e coletivas daqueles que partilham no espaço/tempo de determinada territorialidade. São lugares de permanência e ausência, da chegada e da partida, do passageiro e do permanente. Os sujeitos exercitam os espaços da cidade em um constante ato de poder, é nele onde as disputas acontecem ser um cidadão é ao mesmo tempo ser e viver o poder a ela articulado.

Caminhar por Umbuzeiro é carregar a sensação de estar em um álbum, e o tempo todo, ainda que despreziosamente, relembando alguém que nem mesmo conhecemos; tudo isso faz parte de um grande investimento memorial. Perpetuar o nome da família Pessoa², que através da política veio perdurar, lapidar, oficializar, discursar e exaltar foi um de seus ofícios principais e a cidade se tornou cenário para um gigantesco palco de personagens que encenam por muito tempo.

O discurso patrimonial, vinculado à família pessoa, pretendia tornar a cidade um patrimônio familiar, um espaço público, com efeitos simbólicos privados. Assim foi formulado espaços de memória para os personagens políticos na cidade, no intuito de formalizar uma memória a ser vivida pelos sujeitos umbuzeirenses. Recoberto pela cena política, tentou transformar uma família em um “bem” de patrimônio local. Metamorfoseando passado e presente através de lugares, símbolos e simbologias a cidade de Umbuzeiro foi paulatinamente sendo erguida para que o sentimento de pertencimento construído pelo processo de patrimonialização da família Pessoa fizesse parte do cotidiano da cidade.

¹ Cf. VELOSO, 2000.

² A “Família Pessoa” recorrentemente aparecerá neste escrito, pois, a História da cidade de Umbuzeiro está conectada ao desenvolvimento político da referida família. Nesses termos, construímos em nossa carreira acadêmica alguns trabalhos de pesquisa que visavam mostrar a relação entre a formação da cidade de Umbuzeiro-PB e utilização simbólica e memorial da política local, cujo objetivo era construir um compêndio memorial de exaltação ao “progresso” e aos personagens ligados aos “pessoas”. Assim, produzimos a pesquisa de mestrado intitulada: “A INOLVIDÁVEL FAMÍLIA PESSOA”: PATRIMONIALIZAÇÃO DA FAMÍLIA PESSOA (1930 e 1940) EM UMBUZEIRO- PB. Nela, fazemos uma reflexão de como é edificada através dos jornais e da arquitetura urbana uma imagem que tenta patrimonializar a família de maior poder político, a fim de tornar a cidade um protetorado social e simbólico.

As vivências do mundo político na cidade de Umbuzeiro-PB interferem em demasia na vida cotidiana dos sujeitos, refletindo um sentimento múltiplo entre o que se apresenta como vida pública e as aspirações do mundo privado. Essa complexidade invade todas as espacialidades, as conversas na feira livre, nos mercados, na igreja, dentro das residências particulares. Uma política fortemente enraizada pela memória em disputa e nessas querelas uma família é enaltecida ou negada, rechaçada ou vangloriada. É inegável a forte presença desse projeto patrimonial no cotidiano, nos espaços e nas vivências umbuzeirenses.

Partimos assim do pressuposto que o patrimônio da família “pessoa” é um mecanismo institucionalizado e embasado de teor político, gerador de disputas espaciais sensorialmente perceptíveis. O objeto que transmite determinada memória faz lembrar e produz representações intencionadas, arquitetadas a serviço do que se quer lembrar, mas também de quem faz lembrar. É um exercício de poder planejado, não apenas na perpetuação, mas também na afirmação do poder, esse que por vezes não é percebido criticamente e percorre “despretensiosamente” as ruas da cidade.

Por outro lado, no momento em que é criada uma imagem de cidade, anexada às pretensões políticas de poder da família Pessoa, são vertidas em disputas os espaços marginais, dotados de força dos sujeitos comuns, por vezes homogeneizados sistemicamente nos discursos norteadores. Percebem-se traços de outra cidade ainda não revisitada pela historiografia local, postos no esquecimento. Pois bem, se num aspecto observamos a “cidade dos Pessoa” com suas representações memoriais objetificadas nos símbolos e representações, noutro encontra-se um emaranhado de homens ordinários, no dizer Certauniano, a edificar seus espaços próprios em meio aos lugares de poder.

Existe espaço sempre que se toma em conta vetores de direção, quantidade de velocidade e a variedade do tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada e um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como um ato do presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem, portanto, nem a univocidade nem a estabilidade de um próprio. Em suma, o espaço é um lugar praticado.³

Entendemos que os monumentos, festas, calendários, aniversários, são exercícios de patrimonialização embasados no princípio dos lugares de memória, tanto bens materiais como

³ Cf. CERTEAU, 1982 p. 202.

práticas imateriais que de alguma forma permitem operacionalizar a memória. Todos eles são marcados pela vontade de memória, ou seja, por transformarem a operação da rememoração em algo fundamental para o grupo que a edifica. O lugar de memória está assim cooptado pela vontade de memória de determinado grupo sendo “um investimento significativo dos poderes políticos na escrita da história”.⁴

Contudo, as vontades de memória são postas numa circularidade dialética de construção memorial, posto que, existe um pêndulo entre a comemoração a ser lembrada e os restos que o propósito vai deixando na sua formulação. Dessa maneira, é como se a cidade pretendida pela estratégia posta, fosse deixando lacunas a serem preenchidas pelos homens e mulheres comuns que experienciavam aqueles movimentos. À memória oficial, dessa forma, como um ente discursivo, escapam a migalhas, fissuras, e são delas que diversas rememorações cotidianas surgem.

Ao conduzir o debate sobre disputas de memória e as condicionantes do silêncio Pollack⁵ propõe batalhas travadas sobre o campo memorial, sendo as narrativas um importante vetor para a construção dos imaginários. Assim, diversos usos de um determinado evento ou espaço, edificam-se em jogos de ação e reação determinados pelos mais diversos fatores: Subjetivos ou objetivos, coletivos ou individuais, oficiais ou não oficiais. Nesse sentido, que compreendemos a cidade como um lugar de disputas memoriais, pautadas na relação entre a produção de estratégias narrativas e a tática dos sujeitos comuns ante o proposto.

Percebe-se assim, que é pela ação de poder político ou de outro tipo, que os grupos sociais exercem o projeto de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir os bens no campo do memorável. A memória é frequentemente acionada, sendo ela útil para afirmar o novo ou ancorar o passado, devidamente selecionada no exercício do presente. A memória ao ser invocada não reconstitui o tempo passado, mas faz dele uma leitura, banhada de experiências objetivas e subjetivas daquele que lembra, para bem da análise, a invocação da memória é, ao fim, um terreno de disputas. Dessa maneira compreendemos a cidade de Umbuzeiro, como um território com fronteiras fluidas em relação à rememoração e aos espaços.

As produções espaciais e memoriais da família Pessoa estão em cada esquina, em cada praça, em cada prédio. Ao caminharmos pela cidade entramos em um álbum, onde não se encontram apenas imagens, mas também nomes e datas. A cidade é espaço de enunciação, que através de conjuntos simbólicos acionam as subjetividades dos sujeitos que nela circulam em um processo de constante comunicação entre as práticas do vivido e o espaço praticado. Porém,

⁴ Cf. ROUSSO. H. Pag. 237, APUD SANTIAGO JUNIOR. Francisco. p. 8. 2015.

⁵ Cf. POLLACK, 1989.

para além desses espaços pretendidos, é preciso refletir como os grupos sociais viabilizam o acesso aos equipamentos urbanos? Como os sujeitos ordinários ocupam e se identificam com a cidade na qual vivem? Quais os espaços e práticas de contravenção que a cidade de umbuzeiro abrigou no passado? Feito isso, a cidade torna-se espaço de comunicabilidade e nos permite discutir como diferentes grupos e imagens, num mesmo espaço dialogam e produzem significações e significados múltiplos.

A cidade de Umbuzeiro se revela intrinsecamente ancorada aos bens culturais produzidos pelos personagens políticos da família “Pessoa”, eles são documentos enunciativos, pedagogizadores, transmissores de memória e construtores de espaços de estratégias. Além da documentação escrita, fazem parte desse ambicioso projeto de cidade as esculturas, monumentos, edifícios, fotografias e pinturas. A cidade Umbuzeirense em sua paisagem urbana carrega dezenas de documentos e fontes possíveis ao estudo da memória, do patrimônio, das representações e das relações sociais.

É nesse campo de comunicabilidade que a cidade se torna palco onde se exercem as disputas pela fala e ação. Uma batalha travada pela ocupação, espetacularização, e enunciação dos espaços citadinos. Narrativas múltiplas são transferidas e transmitidas, experiências postas num mundo marginal e construtoras de uma dinâmica que as estratégias discursivas tentam silenciar. Nesse processo de afirmação acontecem múltiplas formas de significação dos espaços Umbuzeirenses.

Com intuito de demonstrar a tessitura das disputas espaciais da cidade de Umbuzeiro, buscaremos a problematização das contravenções do cotidiano, do espaço das burlas ao instituído. Faz-se assim uma História dos “maus lugares”, espacialidades sensorialmente distintas, daquelas construídas pelo imagético político local da família pessoa. Tramas discursivas que possam descortinar uma cidade esquecida e marginal.

Práticas do espaço que remetem a uma forma específica de operações (“maneiras de fazer”), a uma outra espacialidade, (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transeunte, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível.⁶

A cidade a ser anunciada é a Umbuzeiro esquecida nos silêncios perpetuados pelos discursos norteadores. A umbuzeiro da “Família Pessoa” posta em movimento para buscar cenários, formas, experiências e construções do vivido. Quadros do cotidiano, emoldurando

⁶ Cf. CERTEAU, 1982, p.172.

espaços próprios dos sujeitos comuns, a golpear a ordem e a memória oficialmente estabelecidas.

2 CIDADE E SILENCIAMENTO

Trata-se de uma multidão móvel e contínua, densamente aglomerada como pano inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém. Rios cifrados de rua.⁷

Um povo Umbuzeirense, cativo, participativo, unido, orgulhoso de sua terra. Um povo cenário, um povo paisagem, um povo que assiste, onde estava esse povo, além de marchar rumo aos eventos da igreja e da família Pessoa? Porque não ouvimos suas vozes nos jornais? Porque não vemos suas imagens? A categoria povo é alçada como uma síntese de ambiguidades e contradições existentes na cidade. Faz-se de tal maneira que o “povo” parece deixar de ser a expressão dos sujeitos, mas sim um espírito de pretensa identidade imaginada para a cidade.⁸

Emudecido, pelas estratégias de discurso, era como se os sujeitos de Umbuzeiro fizessem parte de uma tela pintada para esquecer. A cidade que lembra é a mesma que esquece! Nossa função é trazer a soleira da reflexão as querelas afundadas no caldeirão do esquecimento. Na relação da produção de memória é fundamental que não esqueçamos o esquecimento. Dizer isso é comungar da ideia de que a cidade em disputa, produz comemorações e lembranças, e ao passo que isso acontece, tal dialética é construtora de espaços citadinos propositadamente esquecíveis e esquecidos.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.⁹

Nesses termos, vamos percorrer o trajeto do silenciamento, daquilo que não foi dito, foi esquecido pelas matérias dos jornais, aquilo que não interessava publicar. Falar da cidade

⁷ Cf. CERTEAU, 1982.p.58

⁸ A ideia de povo e cultura popular guarda em si uma ampla reflexão. Seguindo CHARTIER (1995) a cultura popular deve ser tirada de seu centro de naturalização enquanto conceito. Para tanto é pesando o popular numa circularidade cultural que pode ser construídos por dois caminhos, ambos estruturados nas relações de representações simbólicas. De um lado, um popular que existe na astúcia de suas próprias práticas e cria uma experiência simbólica própria, como reação aos símbolos de dominação condicionantes. De outro o conceito de cultura popular como uma criação das narrativas letradas e de dominação cultural, dando ao popular o caráter de inferioridade ante ao erudito, como se fosse criado um signo de poder dominante\dominado. Cabe a reflexão, pois, acreditamos que a construção imagética sobre o “povo” Umbuzeirense está ligada as práticas de uma dominação simbólica.

⁹ Cf. POLLACK, 1989. P.3

cotidiana, daquela que se faz em experiência dos sujeitos na relação com as tramas de poder. A cidade modulada na multiplicidade espacial constituída pelos jogos e tática empreendidos pelos homens e mulheres comuns. Para Certeau¹⁰ os jogos da vida são feitos de estratégias guiadas e construídas para invadir e se instaurar no cotidiano dos sujeitos. Elas são portadoras de intencionalidades que normatizam, colocam intenções a serem guias de um determinado círculo social. Esse panorama faz edificar os *não-ditos* aquilo que é marginalizado pelas estratégias, pelos discursos. Seguir esse caminho permite que nosso olhar para Umbuzeiro rompa com o brinquete intencional da oficialidade.

A cidade que nos interessa é a coberta por lama em períodos da chuva, de poeira em estiagem, a Umbuzeiro dos jumentos, das carroças, das crianças que não frequentavam a escola, das personagens que não usavam a seda vendida nas lojas, das mulheres que tão pouco puderam participar dos cursos de costura, daqueles que só visitavam o espaço urbano para festas religiosas. Materialidades culturais, ofuscadas pela imperiosa ação das estratégias oficiais. Mas onde estariam estes sujeitos?

Tais personagens estariam vagando melancolicamente sobre a poeira da terra das ruas sem calçamento. Era como se a terra ressoasse a melancolia da existência em um espaço que só poderiam ver e aplaudir. Notadamente são nestas posturas que aparecem os silenciados de Umbuzeiro. Eles não estão nos lugares de memória¹¹ produzidos pela família Pessoa, aliás, são sujeitos que “ganham” o direito de transitar, passar, mas aquilo lhes é concebido com a benevolência necessária às intenções daquele que os fizeram. Aqueles rostos carcomidos pelo sol, os pés rachados pela terra não estão nos jornais, nem tão pouco são nomes de praças e colégios.¹² Personagens sem os paletós nem os vestidos de seda. Eles estão num *não-lugar* no dizer Certauniano, obscurecidos pelo lugar social produzido e oficializado pelos discursos.

Pe
nsar nos sujeitos postos a margem é nosso intuito, ressignificando-os. Como se

¹⁰ Cf. CERTEAU, 1982.

¹¹ Lugares de memória nascem das intenções e vontades existentes na relação entre o que vai ser dito e o que vai ser esquecido. Numa perspectiva prática NORA (1989) nos apresenta como uma equação de três elementos: Material, simbólico e funcional. Para a construção de um lugar de memória, portanto, é preciso que essas categorias coexistam de diversas maneiras. Entendemos assim, que os aspectos mencionados são partilhados na cidade de Umbuzeiro-PB, partindo de uma vontade de memória e se estruturando em símbolos materiais urbanos postos em funcionalidade com vistas de preservação e patrimonialização de determinados personagens.

¹² Compreendemos o esquecimento como um projeto memorial. Lembrar e esquecer faz parte de uma mesma relação, sendo assim, os silenciamentos dos quais tratamos neste texto são forjados ao saber de desejos de certas narrativas.

perambulássemos em nossa pesquisa na solidão das ruas do esquecimento, procurando ver, ouvir, cheirar, tocar, degustar os silêncios numa sinestesia reveladora. Um pintor criador de quadros que revele a face questionável dos “grandes homens”, “famílias benfeitoras”, “cidade modelo”, “povo grato e satisfeito”.

Para isso, navegamos pelos processos criminais (1930-1940), documentos que possibilitam o conhecimento da cidade contraventora, marginalizada. Na poeira de tais arquivos cartoriais está uma cidade de Umbuzeiro delineada nas astúcias do cotidiano. Descortinam-se arquiteturas, personagens que validam espaços postos à margem de abordagem. São dessa maneira possuidores de artifícios e táticas que edificaram espaços subjetivos próprios alheios aqueles oriundos das oficialidades. “É justamente na relação entre a produção de vários discursos sobre o crime e o real, que está à chave de nossa análise. O que nos interessa é transformação de atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento.”¹³¹⁴

Nessa perspectiva trabalhamos com sete processos criminais encontrados no Fórum Epitácio Pessoa na cidade de Umbuzeiro-PB. À medida que íamos lendo o código processual percebíamos neles elementos em comum que nos chamavam atenção. Alguns espaços recorrentes apareciam nas páginas processuais como os bares, os salões de jogos, as feiras livres, espacialidades que pouco eram lembradas nas comemorações ou rememorações da cidade. Mesmo os espaços como praças da cidade, símbolos de uma cidade pretendida, eram narradas de outra forma naqueles processos.

As narrativas nos levaram a cidade silenciada naquelas prateleiras daqueles arquivos. Personagens “indesejadas”, espaços de insubordinação davam o tom do cenário umbuzeirense que não estava em telas, bustos, jornais, nomes de escolas, enfim, uma cidade viva, transgressora que, se bem ouvida, demonstraria a força dos sujeitos comuns em constituir espaços próprios de vivência ante as dominações simbólicas estabelecidas.

Assim é que as qualificações de perigosa ou segura, limpa ou suja, ordenada ou anárquica, bela ou feia para uma cidade variavam de acordo com os produtores ou consumidores do espaço. Ainda com base no mesmo raciocínio é que podemos afirmar que há “leitores privilegiados” da cidade, com habilitações culturais, profissionais e estéticas que os dotam de um olhar refinado, sensível e arguto. É o caso dos citados escritores, fotógrafos e pintores do urbano, que resgatam as sensibilidades do real vivido, estabelecendo com a cidade uma relação privilegiada de percepção. [...] Ler a cidade dos excluídos, pobres e marginais conduz o historiador

¹³ Cf. GRINBERG, p. 128, 2009.

¹⁴ O processo crime, na acepção técnica de sua linguagem, é similar a teia de representações cidadinas (jornais, políticos, arquitetura, objetos artísticos) ao mesmo tempo em que, possibilita a senha para atravessar o portal do esquecimento e encontrar com a cidade insubordinada.

a "escovar a história a contrapelo", como diz Benjamin , buscando os cacos, vestígios ou vozes daqueles que figuram na história como "povo" ou "massa" ou que se encontram na contramão da ordem, como marginais. É nos registros policiais, nas entrelinhas dos jornais, nas "colunas do povo" dos periódicos, nas festas populares e nas manifestações de rua, nos acontecimentos singulares que quebram a rotina da vida urbana que podemos encontrar suas vozes ou resgatar os indícios do que seria a sua ordem, chegando às representações coletivas de uma "outra" cidade.¹⁵

Buscamos dessa maneira, as nuances da contravenção que apresentam uma Umbuzeiro silenciada. Os becos e vielas rogam para que suas vozes históricas sejam ouvidas. Os botecos, as ruas de barro e os personagens marginais se avolumam e ao invés, de processos rijos, presenciamos a fluidez de narrativas que codificam no espectro mental a cidade da contravenção.

¹⁵ Cf. PESAVENTO, 1995, p.284

3 UMBUZEIRO SILENCIADA: A CIDADE INVISÍVEL GUARDADA NOS PROCESSOS CRIMINAIS.

Todavia, em Raissa, sempre há uma criança que da janela sorri para um cão que pulou de um alpendre para comer um pedaço de polenta que caiu das mãos de um pedreiro que do alto do andaime exclamou: “Minha joia, tem um pouco para mim?” para uma jovem hospedeira que ergue um prato de sopa sob a pérgula, contente de servi-lo ao vendedor de guarda-chuva que comemora um bom negócio, uma sobrinha de renda branca comprada por uma grande dama para pavonear-se durante as corridas, apaixonada por um policial que lhe sorriu ao saltar o último obstáculo que estava feliz, mas mais feliz ainda estava o seu cavalo, que voava sobre os obstáculos vendo voar nos céus um perdiz, pássaro feliz liberado da gaiola por um pintor feliz de tê-lo pintado pena por pena salpicado de vermelho e amarelo na miniatura daquela página do livro em que o filósofo diz: “ Em Raissa, cidade triste, também corre um fio invisível que, por um instante, liga um ser vivo ao outro e se desfaz, depois volta se estender entre pontos em movimento desenhando rapidamente novas figuras de modo que a cada segundo a cidade infeliz contém uma cidade feliz que nem mesmo sabe que existe”¹⁶

A cidade da personagem Raissa é o tema que emerge desse trecho de Calvino. A cidade aparece como uma paisagem aberta conectada com a memória, as simbologias, os olhares daqueles que a praticam cotidianamente. É emblemático assim, partir do princípio de que os espaços citadinos são constituídos por múltiplos sentidos, dotados de singularidades, em cada cidade feliz há uma cidade infeliz, em cada cidade que se deixa ver, existem aquelas que são propositadamente esquecidas.

Acorrer nessa abordagem é fundamental para a compreensão da História das cidades deslocada do objetivismo rijo da historiografia política tradicional. Colocamos dessa maneira a fim de refletir a cidade com um tecido em que atuam estratégias e táticas, produzidas pelos mais diversos tipos de interações de poder. A cidade de Umbuzeiro-PB no século XX não está separada dessas reflexões, pelo contrário, assim como a Raissa de Calvino afloram, aos olhos do historiador, inúmeros sujeitos que nos apresentam espaços, imagens e sentimentos capazes de modelar as ruas com suas próprias significações.

A construção da unidade em torno do pertencimento a Umbuzeiro do século XX estava ligada às tradições políticas e a produção memorial que os grupos dominantes impunham, em especial os que compunham a “Família Pessoa”. A proposta, portanto, era apresentar uma cidade desejada, progressista e que fosse ao fim, uma extensão do poder da política local. Nestes termos, elevam-se comemorações e edificações citadinas que projetam os espaços com o olhar enviesado das estratégias políticas.

A família Pessoa constrói na cidade de Umbuzeiro um acervo de símbolos cuja força vai sendo percebida ao passo que a História da família se confunde com a própria vivência da cidade. Compreendemos através das narrativas do Jornal A Imprensa que se constitui um lastro imagético através da construção de bustos, das participações nas

¹⁶ Cf. CALVINO, 1990, p. 63

festas, da criação de novas datas, da ligação com a religiosidade, da interação com o esporte, enfim. A família antes uma oligarquia do interior da Paraíba vem a ser naquele contexto uma onipresença cultural da cidade. Os sujeitos e mais especificamente o status familiar evocam a irmandade, a História, o poder e na dialética mitificadora da “essência heroica” gradativamente, tornar-se-iam, sujeitos patrimônios.¹⁷

Que cidades outras poderíamos encontrar dentro dessa, pretendida e estruturada pela política? Por essa inquietação voltamos nosso olhar para os processos crimes, pois, neles podemos observar facetas especiais até antes marginalizadas e logradas ao esquecimento. Quando fazemos isso não edificamos uma hierarquia, mas sim, priorizamos a apresentação da multiplicidade espacial subjetiva que a cidade pode apresentar. Os elementos simbólicos postos em circulação e prática cotidiana para evidenciar o progresso, contrastam com os espaços produzidos pelos restos deixados pelas estratégias, agigantados por sujeitos marginais, sorrateiros, que fazem das migalhas, espaços próprios de poder.¹⁸

Antes de mais, é fundamental elencar os processos crimes sobre duas óticas: A primeira é que a estrutura processual se dá em forma de enredo, portanto uma narrativa escrita para contar uma história. Tal perspectiva é importante, pois, coloca em perspectiva detalhes cotidianos: valorações morais, características culturais, etc. A segunda é localizar o lugar de fala originador da escrita. Um processo criminal é uma legitimação institucional, autorizado pela instituição a qual pertence. “[...] É necessário ter em mente que são documentos produzidos com determinados objetivos (mas quais não são?), sendo que para entendê-los é necessário conhecer quem os produziu, em que momento e atendendo a que normas. Nessa mesma direção, torna-se necessário abordar o processo crime com criticidade e vê-lo com ele de fato é: um processo que procura a elucidação da verdade.”¹⁹

De essa forma viajar pelos processos criminais das décadas de 30-40 do século XX em umbuzeiro é fazer uma microanálise pautada na capacidade dos detalhes que o enredo nos oferece. Fazer crescer os elementos que possibilitam pensar em outras cidades, cidades invisíveis, personagens invisíveis. Outras espacialidades se fazem surgir e o murmúrio dos becos, dos botequins, passam a ressoar em meio às telas prontas de uma cidade pretendida.

Os processos-crime abrem espacialidades antes pouco faladas ou esquecidas nos discursos construtores da cidade, como os espaços de jogos. O ritual inerente ao jogo elenca uma relação de reciprocidade, onde os valores e compromisso que os regem pautam-se na lealdade. Alguns dos jogos, sejam eles considerados de “azar” ou não, compõem as sociabilidades masculinas nas mais diferentes épocas. Principalmente no tocante aos jogos

¹⁷ Cf. SANTANA, 2018, p. 72

¹⁸ Cf. CERTEAU, 1982

¹⁹ Cf. SANTOS, 2011, p. 2757

populares, as jogatinas de final de tarde que se estendiam por noite a fora compunham o lazer do pós-trabalho e delimitam a ordem constituída pelos homens umbuzeirenses.

O Sport Club de Umbuzeiro além de representar um time de futebol tinha uma sede localizada na Rua Carlos Pessoa, principal avenida da cidade, por certo ponto de encontro dos acalorados debates dos mais diversos assuntos. As jogatinas, o barulho, os diálogos, arengas e querelas fazem parte da diversão, mas também dos desacertos.²⁰ Espaço dos encontros dos namorados e lugar de embelezamento da cidade, dos canteiros e das flores que os jornais buscavam fortemente mencionar. Aquele lugar adquire outras espacialidades quando do encontro de personagens no clube referido, são construídos espaços próprios de jogos, e os sujeitos põe em prática as astúcias violando a ordem estabelecida. É o que nos mostra o processo abaixo, datado de 1937 ali, colheu-se.

Colhe-se do inquérito policial que mostrou a presente denúncia que, na noite do dia 10 do vigente mês de julho, na sede do umbuzeiro Sport Club desta vila, achavam-se o denunciado Argenor Mosoró, a (sinteira) Cícero Coelho Severo e outros jogando; que, em dado momento Cícero Coelho Severo ganhou o jogo, não ficando satisfeito o denunciado, e, fechando o baralho na mão, deu uma enorme bofetada na cara de Cícero Coelho, que, quase o deitou por terra, tendo havido nesta ocasião intervenção do cabo Ananias, no sentido de apaziguar.²¹

O Sport Club Umbuzeiro era um local de sociabilidade frequentado por homens de diversas camadas sociais, encontravam-no no final do dia como refúgio para aliviar as tensões do dia-a-dia do trabalho no campo, no comércio ou na cidade. Lugar onde as diferenças sociais conviviam, onde as trocas de informações e de conhecimento se davam. Aqueles que liam e ouviam os jornais compartilhavam suas ideias a respeito, espalharam queixas e anseios do cotidiano e assim construía aquela espacialidade.

No espaço do Sport Club Umbuzeiro, de acordo com a narrativa, misturavam-se elementos de transgressão, mas também sobe a vigilância dos que nele frequentavam. A percepção é o que os jogos de azar estavam inseridos dentro de uma cotidianidade daqueles sujeitos, porém, o fervor dos ânimos criava tensões e disputas entre a ordem e a desordem. Fazia-se dali um novo espaço cidadão.

Concordar e discordar fazia parte da dança tradicional dos encontros. Nesta mesma rua, certamente, transitavam aqueles que a missa fossem, aqueles que ao mercado se dirigissem. Nesta mesma rua os casais eram vigiados, pelos olhares curiosos da população, nos bancos da

²⁰ O Sport Club Umbuzeiro era localizado de frente a praça do palanque, palco das grandes festas e das honrosas investidas modernas, como o alto falante. Em certa medida estava encravado na espacialidade mais central, onde aconteciam as grandes celebrações da cidade.

²¹ Cf. Processo-crime. 24 de julho de 1937

praça, todo esse cenário compunha mais que uma paisagem, compunha as vivências e memórias do povo umbuzeirense. As brigas, como as narradas no processo acima, por certo traziam para esse espaço um olhar de ambiente da algazarra, das rivalidades, como local onde o fósforo estava sempre acesso pronto à espera da pólvora. Eis o preâmbulo de abordagem: Os espaços vão sendo erguidos ao sabor das batalhas simbólicas e assim, perdem sua unicidade de apresentação. Os sujeitos tomam para si as lacunas deixadas pelas estratégias e criam seus redutos espaciais de poder.

Assim o Sport Club Umbuzeiro divide o cenário central da cidade com outras espacialidades, a praça do palanque, o mercado público e a igreja católica. Nestes espaços o projeto dos “ilustres” nomes da cidade era reafirmado nas simbologias. Porém, o lugar projetado para a circulação e união da população é tornado por um espaço da contravenção, pela utilização dos personagens para os jogos, provocando uma briga tratada como fato criminal. O que pode mais chamar a atenção é como a narrativa do processo-crime, mencionada anteriormente, dá a entender um tom de naturalidade da utilização do espaço para tal fim, o que pode direcionar para dois pontos importantes: O uso corriqueiro do lugar para jogos de aposta e a compreensão ética da justiça quanto ao caso e a recorrência de eventos como o retratado. Os usos do espaço do clube produzem uma significação singular para o lugar, deslocando-se da imagem harmônica para a de contravenção. Uma cidade subjetiva, vivenciada por poucos.

Depreende-se desse episódio, que os clubes e as sinucas – espaços de jogatinas – não aparecem nos jornais que tradicionalmente narraram episódios e fatos ligados à atuação dos então personagens lustres da cidade. Foi preciso buscar além das narrativas/memória oficial, daquilo que se queria dizer. Embora, como próprio do movimento metodológico de quem tratar com os processos crimes, foi preciso buscar na ordem disciplinar, indícios da autodisciplina, foi preciso buscar onde as burlas eram registradas. É o que se percebe no registro abaixo. Leia-se:

Disse: que no dia mês e ano de que trata a denúncia, estava o depoente na cidade de Umbuzeiro, perto do palanque, e ali se achavam também, Otavio Miguel com a sua prima Margarida que se achava sentada, quando chegou o denunciado Roberto Faustino de Oliveira , e procurou sentar-se junto da referida moça, tendo este reclamado, dizendo-lhe que ali não lhe cabia, e como denunciado insistisse em sentar-se junto da mesma, esta se levantou para retirar-se quando o denunciado segurou-a pelo braço, tendo Otávio Miguel reclamado a atitude do mesmo denunciado, o que deu lugar a que este lhe desse uma bofetada.²²

O caso acima ocorreu na região central da cidade. Corria-se o ano de 1947. A atual Praça Assis Chateaubriand, que recebe hoje esse nome em homenagem ao filho de Umbuzeiro, conhecido e renomado jornalista, escritor, advogado, professor, empresário, um dos homens

²² Cf. Processo-crime. 16 de maio de 1947

mais influentes dos idos de 1940-1960, abrigava na década de 1930 – 1940 um coreto popularmente chamado de palanque, sob os mesmo eventos e festas eram promovidos, abrigava ainda desde 1930 um alto falante que era responsável por embalar com as músicas do cotidiano da cidade. Não é de se estranhar que a referida praça fosse o principal ambiente de sociabilidade de Umbuzeiro e que mesmo após o desmonte deste “palanque” as coisas não tenham mudado por completo. O seu entorno tinha bares e sinucas como eram chamados esses ambientes nas épocas de 1950 – 1960. Sinucas em especial por serem ambientes ligados a jogos e apostas.

O espaço público era certamente mais vigiado pelos olhos dos que circulavam pela cidade, e talvez por isso os bancos desta praça fossem pontos de encontro, local adequado aos namoros e paqueras, afinal os casais estariam sob o controle social. Nas festividades, mas também no dia-a-dia, esta praça esteve no íntimo das relações de amores e desamores, desentendimentos e desencontros. Narrativas mais íntimas desse espaço alcançadas nos processos-crimes nos levam para além dos seus jardins bem cuidados e bancos ordenados, mostraram-nos um espaço onde nasciam os amores e em especial onde as pessoas existiam na condição mais natural do homem: a disputa pelo seu lugar entre os outros.

Homens e mulheres comuns que encontravam na praça do palanque o local ideal para as conversas e paqueras, que por vezes acabam em desentendimentos entre aqueles que flertavam. A narrativa apresentada do processo-crime em questão nos permite inferir que as querelas entre os personagens possivelmente não tenham nascido no momento do encontro da praça, talvez tenham sido mesmo disputas familiares ou trazidas de outros encontros, de flertes passados. Porém, partimos da premissa que esse espaço ainda que controlado e partilhado pela sociedade não deixasse de aparecer para nós como ambiente de contravenção. Ainda que as investidas públicas fossem em direção a um espaço de harmonia e satisfações nos permite frisar que o espaço praticado é o local das burlas, que o público é transgredido pelos desejos, sentidos e sentimentos, sendo o homem aquele que exerce o espaço por suas vivências.

O enredo da contravenção colocado acima permite pensar como tais eventos faziam parte do cotidiano da cidade. A praça posta a ler como espaço de sociabilidade e exemplo de beleza criava elementos de identificação com uma cidade pretendida, pela a astúcia dos sujeitos que a frequentavam e praticavam se convertia em espaços de insubordinação. Os sujeitos comuns tomam para si a força deixada pelas lacunas das estratégias e erguem espaços subjetivos próprios, modeladores de uma outra cidade.

O desejo dos homens, portanto, não se manifesta apenas em espaços de festividades e jogatinas, como se fossem esses os únicos ambientes possíveis a transgressão e a desordem. As

contravenções podem estar no dizer de Certeau²³ na reinvenção espacial objetificado pelos usos dados aos espaços pelos homens comuns. Apresentamos ao leitor uma releitura de tais espaços umbuzeirenses que por anos de nossa pesquisa e na própria historiografia local, era iluminado apenas por paredes, prédios e monumentos homogeneizantes. Buscamos sutilmente as insubordinações como forma de pensar uma outra cidade, retirar da invisibilidade sujeitos e espaços construtores de Umbuzeiro silenciada. Sujeitos das festas, do cinema, dos bares, sinucas, das feiras, formadores de espaços citadinos marginais. As burlas são encontradas em diversos casos nos processos-crimes, inclusive na ambiência das feiras, outro importante espaço de sociabilidade do lugar. Observemos o caso abaixo.

No 01 do corrente, a rua do “pau santo” desta cidade o denunciado, que desde do dia anterior, procurava agredir o sr, Inácio Cândido da Silva, que procurou a polícia a fim de evitar que o mesmo agredisse, ficou esperando armado uma foice e uma pistola "comblain" a passagem de Inácio para a feira desta cidade. Por volta das 13 horas Inácio veio para feira e na citada rua o denunciado, cortou-lhe o caminho, e sem nenhuma discussão, sacou a pistola e procurou atirar, falhando esta, lançou mão da foice e com esta conseguiu ferir gravemente Inácio.²⁴

Note o leitor que o caso acima apresenta um caso mais grave de contravenção, posto que a vítima declare o informante, fora gravemente ferido. Ocorre que, os dias de feira animam as cidades interioranas, a circulação de pessoas torna o espaço urbano mais democrático a todos os munícipes, sujeitos da zona rural que pouco se diferem dos urbanos nessas pequenas cidades, se confundem e se reconhecem pelas identificações culturais. As crianças conhecem o novo, os sons mudam de tom e intensidade. A mistura de gente, objetos, animais e vivências são a expressão mais próxima de uma festa, que se repete semanalmente e é acessível a “todos”, afinal, que mal poderia haver em uma feira? Gratuita e permitida não poderia existir evento de maior significância para Umbuzeiro, a feira livre é irrestritamente o maior ponto de encontro e sociabilidade.

É possível que imaginemos que o encontro em dia de feira era o mais certo, pois, convertia em espacialidades subjetivas quase toda a cidade. No caso dos personagens citados acima foi premeditado e inevitável, ainda que a tentativa de proteger não tenha sido bem-sucedida, denunciava que procurar pela polícia não significava grande valia na resolução das querelas pessoais da época. Principalmente, quando o envolvimento se dava entre aqueles que já eram conhecidos por condutas inapropriadas, segundo o enredo processual. “A conduta do

²³ Cf. CERTEAU, 1982.

²⁴ Cf. Processo-crime. 16 de maio de 1947

denunciado sempre foi de desordens nesta comarca, e consta já ter sido condenado. Preso o denunciado, foi pela polícia, requerido à prisão preventiva e a mesma foi declarada.”²⁵

Ao analisar este processo-crime nos chama a atenção que não são apresentados os motivos que levaram aos desacertos citados, apenas os crimes de ferimento cometidos pelos homens que se envolveram na discussão. Para além dessa reflexão, pensar no contexto das espacialidades urbanas em que o crime entre esses homens acontece. Envolvem-se, segundo a narrativa processual, os filhos da vítima, que saem fortemente feridos por golpes de foice. A céu aberto, na porta de um estabelecimento comercial em uma das principais ruas de acesso à cidade, dava-se o forte confronto.

Imaginar essas cenas, pelas ruas da cidade em um dia de feira livre nos coloca a pensar em como os sujeitos converteram os espaços urbanos para os mais diversos usos. Com o andamento das abordagens vão se avolumando os pedaços de cotidiano que paulatinamente vão apresentando uma cidade invisível aos olhos das narrativas oficiais ou mesmo daquelas que pregavam uma cidade pretendida e desejadamente do "progresso".

Assim, vai se desenhando arquitetura só possível de ser encontrado nos arquivos de processos criminais e suas narrativas. Não nos interessa recriar o conceito de cidade em Umbuzeiro, pelo contrário, a apresentação dessas costuras simbólicas da contravenção faz parte do esforço de mostrar como uma cidade é múltipla em seus significados. Passeando pelas mesmas ruas, praças, prédios, porém com uma diferença: as significações de quem as pratica. Tratamos de fazer emergir novas arquiteturas a partir dos sentimentos que os homens comuns põem em ação nos espaços.

Para além dessa abordagem de recriar os espaços pela a burla empreendida pelos sujeitos ordinários, buscamos oportunizar a emergência das reflexões históricas de espaços marginais, lembrados nas páginas dos processos criminais, como botequins, becos e sinucas. Vejamos este caso acontecido em um bar no mercado público em 1935.

Na madrugada do dia vinte do mês de setembro do corrente ano, (mais ou menos) digo quando mais ou menos às três horas da manhã chegaram a seu hotel no mercado público desta cidade, a acusada e a vítima e começaram a tomar cerveja porém já ao amanhecer do dia a testemunha estava com sono e não tendo mais condições, resolveu dormir em uma esteira dentro do seu café e botequim, que já estava dormindo e quando acordou ouviu um grande alarme, então a depoente olhou para ver o que era tendo presenciado que era Elsa Soares espancando a vítima Severino Casemiro de Almeida, conhecido como babado, que nessa ocasião a ré com uma garrafa correu atrás do ofendido, que a testemunha sabe que a vítima saiu com um grande golpe na cabeça e um grande carço no rosto das pancadas que levava que tanto a acusada como

²⁵ Cf. Processo-crime. 16 de maio de 1947

a vítima estavam demonstrando sintomas de embriagues, quanto a conduta de Elsa Soares é péssima, motivo porque só vive embriagada e cometendo absurdos, porem, quanto a vítima para a depoente é uma pessoa boa , a única alta que tem é tomar aguardente, mas que não ofende ninguém e outra que mesmo parece ser uma criatura alienada.²⁶

O enredo apresentado mostra o espaço do mercado público, localizado no centro da cidade, mantinha sua centralidade na cidade ornando junto às praças e as ruas centrais, o espaço do mercado abarcava diversas formas de comércio, dentre elas um bar, aberto até os horários da madrugada. Com o prédio do mercado provavelmente vazio, com poucas pessoas, visto o horário, dois personagens bebiam goles de cerveja a testar a resistência do dono do estabelecimento.

O episódio sugere uma personagem indesejada aquela cidade. A narrativa vai sendo postulada para demonstrar o quão marginalizada estava Elza Soares, posto que é vista com uma mulher que comete absurdos corriqueiramente. A construção imagética da personagem Elza, a extensão do horário do bar até a madrugada, bem como a abordagem desse evento como o processo criminal, apresentam elementos que estruturam uma disputa espacial capaz de criar usos múltiplos de acordo com a força dos sujeitos ordinários.

A narrativa nos apresenta, pois, a Umbuzeiro silenciado e julgado em seus códigos de conduta. Os hábitos de uma cidade vão sendo costurados pelo olhar construído na narrativa dos processos criminais. A acusada, de conduta péssima segundo o depoente, assim como a vítima são personagens que edificam cidades próprias a partir de suas espacialidades subjetivas. Certamente a umbuzeiro praticada pela acusada é muito diferente daquelas propagadas por jornais e pela elite política local.

A briga no bar do mercado público põe em cena memórias de uma vida urbana de Umbuzeiro assim como os relatos dos jornais oficiais da época, ou as obras postas como símbolos da cidade. Essa outra cidade, da contravenção, das brigas, dos jogos de aposta, reconduzem o historiador a perceber a vida cotidiana praticada naqueles espaços. Dito de outra maneira, nas burlas da ordem estabelecida sujeitos comuns criam seus modos de uso do espaço, tornando-o praticado ao sabor dos seus desejos.

A segunda metade do XX foi de significativa transformação para as cidades interioranas, em especial da região nordeste. O contato com os signos do moderno que se espalharam desde a década de 1930 pelo Brasil e aos poucos foram invadindo a vida das pessoas e mudando a maneira de entender o mundo. As relações sociais, espaciais e de tempo reconfiguraram a vida na cidade e no campo, sobretudo, nas cidades que acessaram de forma

²⁶Cf. Processo-crime. 1935

mais significativa e presente esses novos padrões. A modernidade configurou e reconfigurou, espaços e vivências. O cinema vai ser um dos pontos-chaves enquanto elemento de transformação, seguido do rádio e da televisão.

Em Umbuzeiro o cinema ficava localizado na Praça João Pessoa, que recebe esse nome desde a década de 1930 em homenagem a João Pessoa, influente político do começo do século XX, filho da cidade. Além de alargar as visões do mundo, o cinema permitia às pessoas acesso a culturas e padrões diferentes, enquanto espaço foi referência e também ponto de encontro, um dos lazeres mais procurados neste contexto, ainda que por vezes centro dos embates, quanto sua influência na vida das pessoas ou sobre sua permissividade.

Enquanto ponto de encontro, o cinema reunia pessoas que socializavam suas impressões, combinavam e discutiam situações corriqueiras, refletiam sobre política, sentimentos, encontro dos amantes de filmes e dos casais. À porta do cinema se analisava e presenciava a orquestra da vida cidadina. O bar de José Costa Gomes recebia os personagens que saíam do cinema e ficavam socializando. Porém, na noite de 24 de agosto de 1935, como consta em narrativa processual, o senhor José Costa Gomes, dono do bar, após um desentendimento, agrediu Joaquim Francisco Pimentel, como mencionado pelo depoente.

Na noite da ocorrência do crime no momento que ele depoente saía do cinema ficou palestrando com várias pessoas na Praça João Pessoa quando viu uma grande aglomeração em frente do bar de José da Costa Gomes, conhecido por José de Toinho, porém ele depoente dirigiu-se ao citado bar a fim de presenciar o que havia e lá chegando viu Joaquim Francisco Pimentel na calçada do referido bar, então ele depoente perguntou ao mesmo o que havia.²⁷

Transgressor ou não, a depender dos discursos em torno do cinema, o que se sabe sobre o de Umbuzeiro é que ele dividia o espaço próximo ao bar do sr. José da Costa Gomes. O referido cinema foi registrado algumas vezes nas documentações oficiais sobre Umbuzeiro. Por outro lado este bar, assim como as sinucas que já apresentamos até aqui, não. A praça João Pessoa abrigava para além do busto de bronze em homenagem a tal personagem, o cinema, a biblioteca pública, a cadeia pública, entre outros prédios que compunham a geografia oficial narrada nos jornais da época sobre a cidade. Para conhecermos o bar foi preciso analisar um ato de contravenção encontrado nos enredos dos processos criminais. Sobre este mesmo delito ainda consta.

Às vinte e uma e meia horas da noite do dia vinte e dois do corrente mês, estava ele acusado em seu bar nesta cidade quando Joaquim Francisco Pimentel e começou a

²⁷ Cf. Processo-crime. 25 de agosto de 1935

palestrar Antônio Araújo de Souza que havia chegado de Natuba e que o dr. Carlos Pessoa prefeito atual deste município também tinha ido a Natuba juntamente com o topografo afim de fazer o levantamento de uma barragem para ser botado luz em Natuba por intermédio da referida barragem , que dado isso ele digo Joaquim disse para Antônio Araújo que isso não se realizaria porque prefeito nada disso fazia como até então nada fez.²⁸

O enredo do processo judicial apresentando, detalha as querelas entre o dono do bar e os homens que ali dialogavam acaloradamente sobre a política local, assunto que em demasia mexeu e aflorou os ânimos dos umbuzeirenses. Aqui nos importa saber que este bar, nunca antes mencionado em outras narrativas, pode nos mostrar outra face das discussões políticas, um olhar mais popular sobre a administração local. Era gerado dessa maneira, confrontos simbólicos, pois as espacialidades tomavam outra figura. Os bares faziam surgir outra cidade. Como é colocado no documento exposto acima, o Dr. Carlos Pessoa prefeito à época, membro da emblemática família que comandava o poder local, fora o vetor da discussão e briga. Porém um elemento é importante de ser lembrado. Mesmo com todo empreendimento do poder político em torno da família “Pessoa” a briga no bar expõe os contraventores, aqueles que não seguiam a norma imposta de admirar a benevolente família.

Foi numa briga de bar, na espacialidade da contravenção, que observamos a cidade que contrariava e se impunham como força, mesmo que num espaço próprio praticado. Os bares também eram construídos em espaços de disputa. O bar do senhor José Severino da Costa, citado no texto processual abaixo, expõe os embates entre a cidade pretendida e a cidade praticada.

As vinte e duas horas na Rua Getúlio Vargas desta cidade no Bar do senhor Severino Donato da Costa, os soldados de nome José Ferreira Sales e José Barbosa da Silva, foram vítimas de graves ferimentos praticados pelo indivíduo Osvaldo Virgílio que desobedeceu às ordens dos mesmos soldados quando estes estavam de patrulha e ao passarem em frente do referido bar foram chamados para que socorresse ali que Osvaldo Virgílio estava armado de uma faca peixeira uma navalha desacatando o povo que se achava ali. (Processo-crime. 21 de setembro de 1956)

Na disputa dos dois soldados, responsáveis por manter a ordem, e de um sujeito que frequentava o espaço do bar, nota-se como as espacialidades adquiriam outros sentidos por quem as praticava. Interessante pensar, que a ordem dada pelos soldados indica receio, justamente com a perspectiva de que pudesse haver um ato de violência dado à arma branca que carregava Osvaldo Virgílio. Os guardas que faziam ronda preconizavam a manutenção de

²⁸ Cf. Processo-crime. 25 de agosto de 1935

uma ordem que pudesse cristalizar uma cidade das estratégias, dos ilustres. Por outro lado a briga, a desordem, a contravenção exposta na narrativa processual direciona o olhar para essa cidade dos marginais, uma cidade silenciada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contravenções enunciadas nos documentos aqui selecionados apresentaram novos cenários na geografia da cidade de Umbuzeiro, o Bar Esperança é mais um desses locais, antes desconhecido nas espacialidades. A análise desses enredos processuais trazem experiências cotidianas de sujeitos comuns. A relação desses homens com a oficialidade, moralidade e regulação da vida pública, conduz para o encontro com uma cidade propositadamente esquecida. Disputas de poder espacial entre as estratégias empreendidas pela arquitetura e narrativas de jornais e as táticas de quem fugia a norma, burlava os espaços, instituições e a personagens. Embates de personagens que delineiam uma nova ótica subjetiva da cidade.

A cidade do desvio, por assim dizer, aquela que em sua marginalização propõe uma nova maneira de observar as subjetivações de diversos personagens e a criação de espaços singulares. Concordamos com Pesavento²⁹ que se faz necessário a busca por uma outra cidade, mesmo em cidades de interior como a abordada neste escrito. Por muitas vezes naturalizamos cidades interioranas, estereotipando-as em seus aspectos políticos e culturais. Porém, os processos crimes que colocamos em análise nos mostram outros caminhos e reflexões.

Ao refletir sobre a cidade de Umbuzeiro-PB nas décadas de 30-40 do século XX esse trabalho não tem como objetivo fazer surgir uma hegemônica cidade esquecida. Ao contrário disso, o objetivo dele é descortinar uma abordagem que coloque os espaços citadinos como produtores e produtos de múltiplos usos e sentidos. Trilhar, dessa maneira, os caminhos para a procura de uma “outra cidade”, no sentido de buscar espaços silenciados e marginalizados pelos discursos norteadores das estratégias.

Esse debate se faz necessário, pois ele já existe na historiografia quando se fala em cidades grandes e de médio porte para os padrões brasileiros. No entanto, os debates sobre cidades interioranas geralmente ficam renegados a estereótipos forjados, geralmente pelos discursos de poder político local. O cenário é justamente o posto na Umbuzeiro das décadas estudadas. A política local, capitaneada pela já falada “família pessoa”, tratou de construir discursivamente pelos símbolos e jornais uma cidade pretendida ao sabor de seus interesses. Esse artigo segue na contramão deste desejo. A final onde estava a cidade que não era pretendida?

Para mergulhar nessa reflexão procuramos os processos criminais, neles encontramos diversas Histórias de sujeitos e espaços comuns, silenciados e guardados em prateleiras empoeiradas como se renegados ao esquecimento. A partir deles podemos perceber como os

²⁹ Cf. PESAVENTO, 2001.

sujeitos ordinários criaram espaços de insubordinação e contravenção e assim constituíram uma cidade praticada cotidiana. As memórias de tais personagens nos apresentaram novas significações urbanas, fazendo com que gritos e vozes a golpear a ordem estabelecida fizesse surgir, em meio ao palco dos silêncios, uma cidade “invisível”.

Ao tratar do urbano em Umbuzeiro observamos os embates que fazem surgir as representações sociais dos espaços. Notadamente, a produção de espaços de exclusão e contravenção são assinadas pela relação dos mesmos com os interesses pretendidos pela cidade. Nestes termos debruçamos nosso olhar no intuito de observar os diversos usos dos lugares, visíveis e invisíveis. Compreender com a cidade posta em reflexão fora convertida também em espaços de contravenção, alimentada pela relação entre a imposição das normas e seus desvios. Encontrar nas vivências e intencionalidades edificadas pelos sujeitos consumidores do cotidiano os espaços citadinos silenciados.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHARTIER, Roger. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Iordan Queiroz. **Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em História, Campina Grande, 2012.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 119-140.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro., v. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

SANTANA, Josefa Laís Barbosa de. **“A inolvidável família Pessoa”**: patrimonialização da família Pessoa (1930 e 1940) em Umbuzeiro-PB. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em História, Campina Grande, 2018.

SANTOS, Hélio. Processos Crimes como Fonte Histórica: Efeito Raschomon ou Possibilidades de Conhecimento? algumas considerações metodológicas. *In*: CONGRESSO

INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, Maringá, **Anais** [...]. Maringá: UEM, 2011. p. 2754-2765.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015.

SILVA, Tatiane Vieira da. **A fabricação de uma cidade monumentalizada**: memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em História, Campina Grande, 2015.

VELOSO, Mariza Motta dos santos. Espaço público, estética, política e memória. In. REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27., 2000, Brasília, DF, **Anais** [...]. Brasília, DF, [s. n.], 2000.